



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS
SUCEN

INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE VETORES DA
DENGUE NO ESTADO DE SÃO PAULO PARA O SEGUNDO
SEMESTRE DE 2015

Julho de 2015

11/11/2015

1.Introdução

No estado de São Paulo, segundo dados oficiais do Centro de Vigilância Epidemiológica-CVE, em 2015 foram notificados 888.564 casos prováveis de dengue, dos quais 536.455 confirmados como autóctones, cerca de 50% dos casos registrados em municípios com mais de 100.000 habitantes e a maior concentração da transmissão foi constatada nas regiões da Grande São Paulo e Campinas. Esta situação de grande relevância e magnitude vivenciada no território paulista desde os primeiros episódios de transmissão da doença no início dos anos de 1990, aliada ao fato de que nos últimos anos tem sido cada vez maior o número de municípios que apresentam a circulação de vírus detectado ao longo de todo o ano, caracteriza a dengue como uma doença endêmica com picos epidêmicos na primeira metade do ano onde, atualmente, co-circulam os quatro sorotipos do vírus.

A sazonalidade da doença apresenta nítida correlação com a infestação vetorial, o que tem justificado a intensificação de ações preventivas e de combate ao vetor no período inter-epidêmico, principalmente por parte dos municípios de maior porte considerados de importância na sustentação e disseminação da transmissão para municípios vizinhos. Estas ações devem levar à redução de criadouros e, conseqüentemente, a presença de ovos de *Aedes aegypti* no ambiente, os quais podem sustentar a infestação no verão, época em que as condições climáticas se mostram favoráveis para tal.

A série histórica das avaliações mensais realizadas pela SUCEN em amostra de imóveis de regiões de saúde, demonstram que os níveis de infestação (Índice de Breteau-IB) começam a se elevar a partir de setembro e outubro. (Figura 1). O incremento de ações sistemáticas de redução da oferta de criadouros pode impactar a tendência de aumento da infestação nos últimos meses do ano.

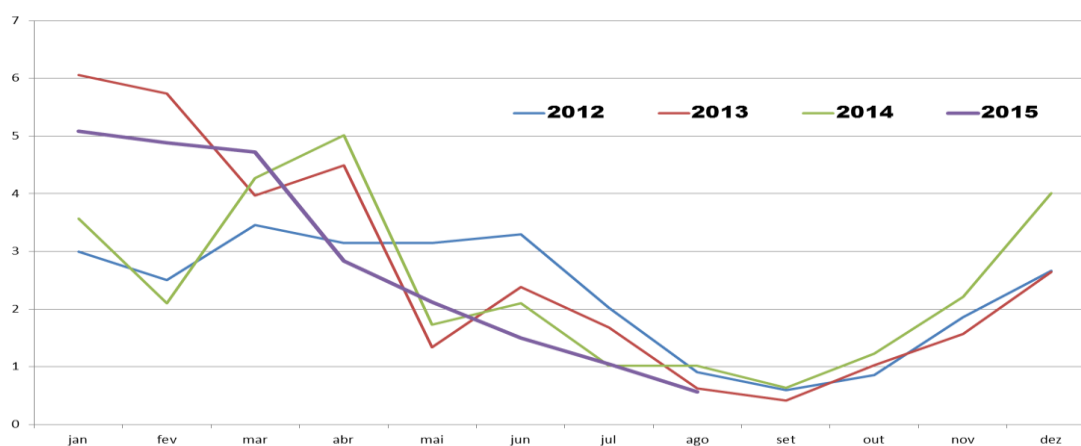


Figura 1: Avaliação Entomológica mensal em Regiões de Saúde. Estado de São Paulo, janeiro de 2012 a agosto de 2015.

Da mesma forma, destaca-se a importância dos imóveis considerados Pontos Estratégicos (PE) como depósitos de pneus, ferro velho, oficinas de desmanche de veículos, borracharias, oficinas de funilaria e cemitérios, que, pela própria característica, apresentam grande quantidade de recipientes em condições favoráveis à proliferação de larvas de *Aedes aegypti*, facilitando a dispersão ativa do vetor nas áreas adjacentes, podendo influir de forma importante nos níveis de infestação. A análise da positividade desses imóveis, segundo faixa populacional, aponta comportamento sazonal, atingindo níveis maiores que o Índice de Breteau e picos mais elevados nos meses de verão nos municípios de maior porte (Figura 2).

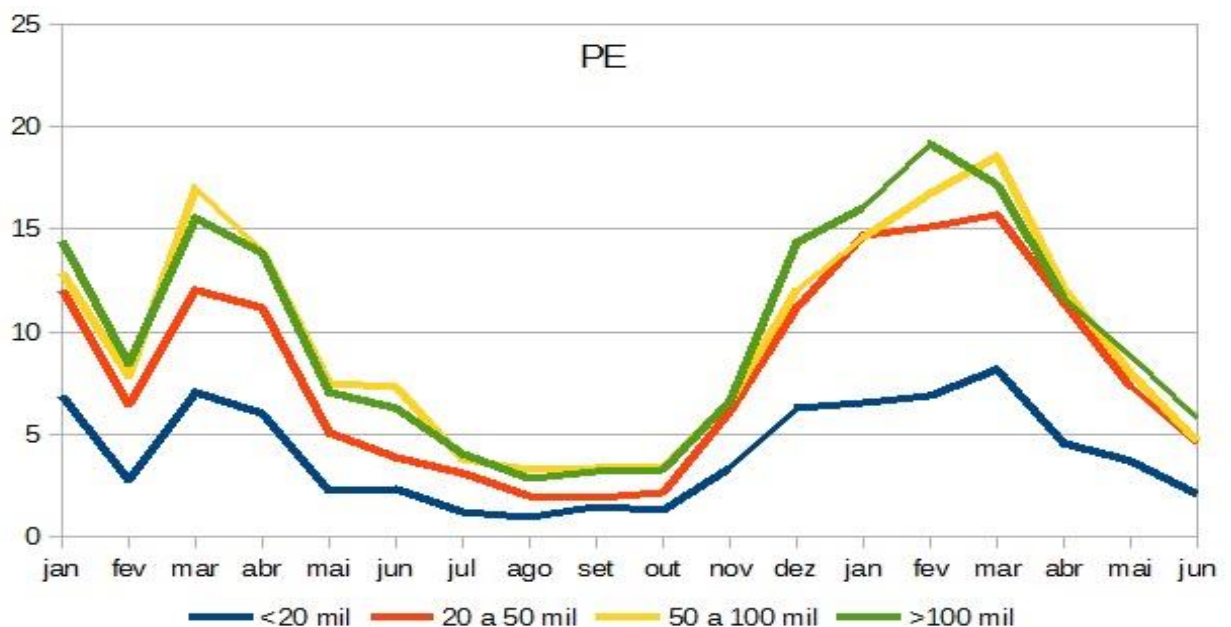


Figura 2: Positividade de Pontos Estratégicos segundo porte populacional dos municípios. Estado de São Paulo, janeiro de 2014 a Junho de 2015.

Destacam-se também os Imóveis Especiais (IE) que são aqueles que apresentam maior importância na disseminação do vírus da dengue em função do grande fluxo e/ou permanência de pessoas e que pela complexidade das edificações favorece a proliferação do vetor. Correspondem a imóveis como serviços de saúde, estabelecimentos de ensino, quartéis, penitenciárias, hotéis, templos religiosos, casas comerciais e indústrias, selecionados mediante avaliação cadastral (Figura 3).

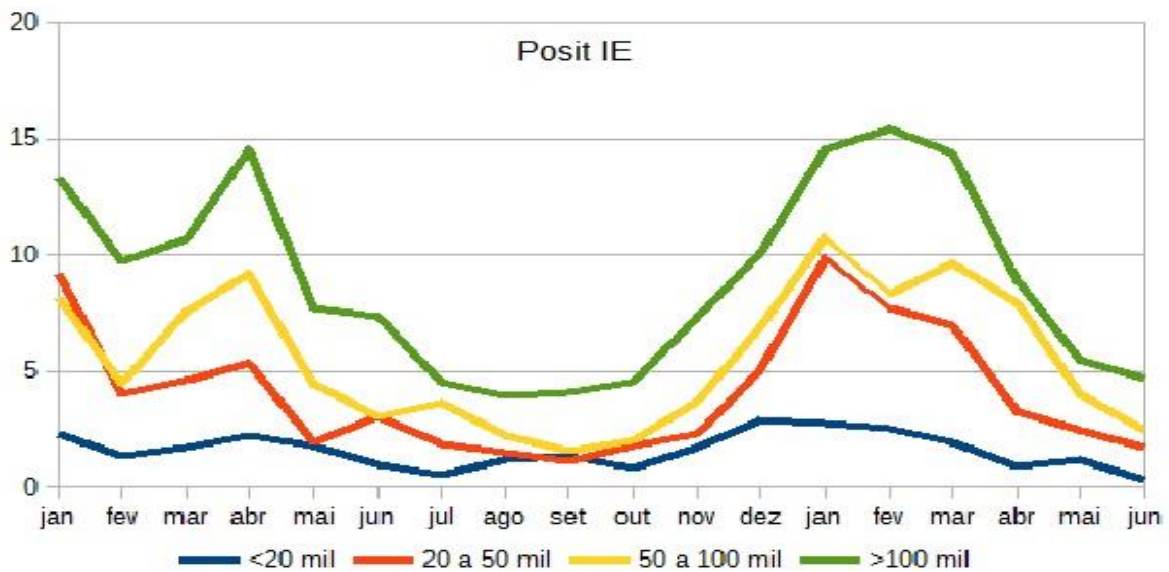


Figura 3: Positividade de Imóveis Especiais segundo porte populacional dos municípios. Estado de São Paulo, janeiro de 2014 a Junho de 2015.

Uma vez que a infestação por *Aedes aegypti* está presente na grande maioria dos municípios paulistas, ratifica-se a importância do fortalecimento da gestão municipal para o controle vetorial com a manutenção das equipes de campo e atividades preconizadas no Programa Estadual de Controle de Dengue em todos os municípios do Estado.

2. Justificativa

Considerando-se que durante o inverno e início da primavera as condições climáticas são menos favoráveis ao desenvolvimento do vetor, que mesmo nestas condições diversos municípios continuam confirmando casos autóctones, entende-se que este seria o período oportuno para a realização de ação concentrada e simultânea por parte dos municípios nos imóveis de maior importância pela elevada infestação (PE e IE), o bloqueio completo (ação sobre a larva e sobre o adulto) nas áreas com detecção do vírus, além do trabalho intensificado naquelas com persistência de infestação (identificada pelo levantamento larvário mais recente). Estas iniciativas, associadas à mobilização da população para a adoção de cuidados para impedir o desenvolvimento do vetor em suas residências, deverão impactar a tendência de agravamento da situação de dengue no próximo ano.

3. Objetivos

3.1 De responsabilidade da Sucen:

3.1.1 Objetivo Geral

Apoiar e induzir o desenvolvimento de ações de controle da transmissão da dengue e redução dos indicadores de infestação do vetor.

3.1.2 Objetivos Específicos

- Apoiar os municípios para a intensificação das ações de bloqueio de controle de criadouros (BCC) e bloqueio nebulização (BN);
- Assessorar os municípios para a intensificação das ações de controle de Pontos Estratégicos (PE) e Imóveis Especiais (IE);
- Assessorar os municípios para o desenvolvimento de ações de comunicação e mobilização social.
- Avaliar a efetividade do bloqueio nebulização e pendências do bloqueio de controle de criadouros.

3.2 De responsabilidade das Secretarias Municipais

3.2.1 Objetivo Geral

Desenvolver ações para controle da transmissão da dengue e redução dos indicadores de infestação do vetor.

3.2.2. Objetivos Específicos

- Realizar o bloqueio de transmissão (BCC e BN) em tempo oportuno nas áreas com ocorrência de casos de dengue;
- Intensificar ações de controle de Pontos Estratégicos e Imóveis Especiais.
- Intensificar ações de controle de criadouros nas áreas de maior infestação por *Aedes aegypti*;
- Intensificar ações de mobilização da população em áreas e imóveis de risco.

4. Estratégia

Os municípios do Estado foram divididos em 2 grupos para o desenvolvimento das ações previstas neste plano:

I. Municípios que apresentaram situação expressiva de transmissão neste ano e que apresentam importância na região onde se inserem: 92 municípios (item 4.1);

II. Demais municípios

Por meio de oficinas de trabalho e ou reuniões técnicas, a SUCEN apoiará, prioritariamente, as Secretarias Municipais de Saúde para a realização do diagnóstico da infestação do vetor e com base na análise dos indicadores entomológicos (Índice de Breteau, Índice Predial, positividade de PE e IE) e situação epidemiológica, visando à elaboração da programação das ações, com o direcionamento dos recursos para as áreas com transmissão, visando o enfretamento e intervenção oportuna para minimizar o avanço da transmissão, e a redução da infestação do vetor *Aedes aegypti* nos imóveis de risco.

A SUCEN prestará assessoria para o planejamento das ações de comunicação, se incumbirá da capacitação das equipes de campo, assim como da supervisão das atividades de PE, IE e bloqueios (BCC e BCN), nesta última além de apoiar iniciativas para redução da pendência (casas fechadas) nos bloqueios de controle de criadouros, fará os testes de avaliação da efetividade na nebulização realizada pelas equipes municipais.

As áreas mais problemáticas identificadas nas avaliações de densidade larvária (ADL) realizadas em julho e outubro, devem ser trabalhadas tendo como foco das ações a intervenção sobre os criadouros potenciais presentes nos imóveis, buscando a intersectorialidade na gestão municipal (educação, limpeza pública, saneamento, etc)

As ações de comunicação e mobilização social devem ser dirigidas à sociedade como um todo, destacando a intensificação da intervenção nas áreas prioritizadas e nos imóveis de risco (PE e IE).

4.1. Municípios selecionados

Foram selecionados 92 municípios, sendo 30 com população acima de 200 mil, 25 de 100 até 200 mil e 37 abaixo de 100 mil habitantes. Os critérios para a seleção consideraram a intensidade e manutenção da circulação viral, assim como a importância na região do Estado onde se inserem (Figura 4, Quadro1). Dependendo da situação epidemiológica observada no Estado no transcorrer do segundo semestre de 2015, novos municípios podem ser incluídos.

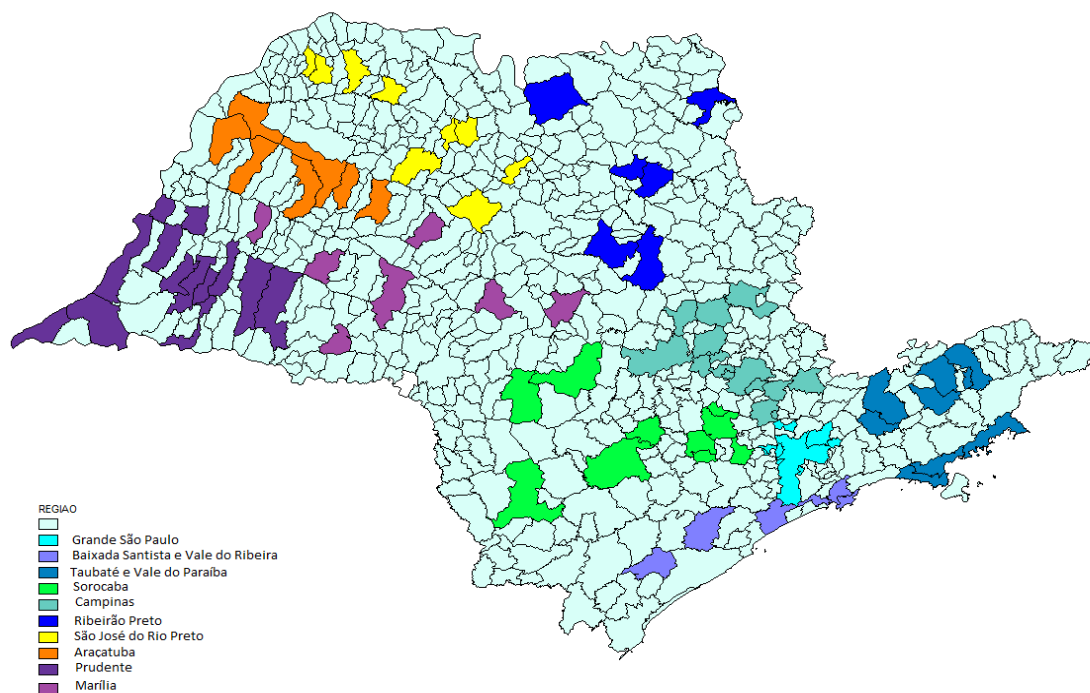


Figura 4: Municípios selecionados para intensificação das ações de controle de vetores, estado de São Paulo, 2º semestre de 2015.

Quadro 1- Municípios selecionados por Região, Estado de São Paulo, 2º semestre de 2015.

Grande São Paulo	Barueri, Jandira, Osasco, Taboão da Serra, Diadema, Itaquaquetuba e Franco da Rocha; São Paulo e Guarulhos
Baixada Santista e Vale do Ribeira	Santos, São Vicente, Guarujá, Itanhaem, Registro e Miracatu
Região de Taubaté e Vale do Paraíba	Aparecida, Caraguatatuba, Guaratinguetá, Jacarei, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião, Taubaté e Ubatuba
Região de Sorocaba	Avaré, Botucatu, Itapetininga, Itapeva, Itu, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí e Votorantim
Região de Campinas	Americana, Araras, Bragança Paulista, Campinas, Hortolândia, Itatiba, Jundiaí, Limeira, Mogi Guaçu, Piracicaba, Rio Claro, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Valinhos e Várzea Paulista
Região de Ribeirão Preto	Araraquara, Barretos, Franca, Ribeirão Preto, São Carlos e Sertãozinho.
Região de São José do Rio Preto	Catanduva, Fernandópolis, José Bonifácio, Jales, Mirassol, Novo Horizonte, São José do Rio Preto, Urânia e Votuporanga
Região de Araçatuba	Andradina, Araçatuba, Birigui, Guararapes, Mirandópolis, Penápolis e Pereira Barreto;
Região de Presidente Prudente	Álvares Machado, Dracena, Martinópolis, Panorama, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancheira, Rosana, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio
Região de Marília	Adamantina, Assis, Bauru, Lins, Marília, Jaú, Ourinhos e Tupã

4.2. Avaliação e monitoramento

O acompanhamento das ações de controle do vetor desenvolvidas será realizado pela análise das informações do sistema Sisaweb, obtidos dos relatórios de vigilância e controle mensal: atividades e cobertura das visitas em pontos estratégicos e imóveis especiais e positividade para *Aedes aegypti*.

Para as ações de bloqueio de controle criadouros será feita análise do relatório de percentual de pendência. O bloqueio nebulização será avaliado por meio das capturas em campo de insetos adultos, antes e após a aplicação do inseticida, conforme protocolo estabelecido pela Sucen para verificar a redução da presença das fêmeas do vetor.

5. Resultados esperados

As ações propostas, desencadeadas pelas secretarias municipais, devem resultar na redução dos índices de infestação, minimizando a ocorrência de novos casos de dengue. Ressalta-se que para a obtenção desses resultados é primordial a oportunidade da ação de controle vetorial quando houver o estabelecimento do risco ou da circulação viral (casos suspeitos ou confirmados) que está na dependência da

notificação de suspeitos e definição de local provável de infecção (LPI), além da agilidade no diagnóstico laboratorial, nos primeiros casos confirmados.

6. Ações propostas no Plano

Apresentamos as ações subdivididas por responsabilidades das esferas Estadual e Municipal.

6.1. Atividades de intensificação para controle de vetores - Estadual

PLANILHA ESTADUAL							
Atividades	Meta						
		JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ
Assessorar os municípios no planejamento das ações de comunicação, mobilização social com enfoque para imóveis de risco .	100%		x	x			
Realizar capacitação de pessoal contratados pelos municípios para intensificação das ações de controle.	100% (demanda)		x	x			
Realizar supervisão das atividades de intensificação desenvolvidas pelos municípios em áreas prioritizadas e nos imóveis de risco.	1 supervisão por município			x	x	x	x
Avaliar a efetividade das atividades de controle das formas adultas do vetor de dengue em municípios com transmissão.	1 avaliação por região			x	x	x	x
Monitorar informações do sistema sisaweb	100% dos municípios	x	x	x	x	x	x

6.2. Recomendações de Atividades de intensificação para controle de vetores - Municipal

INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PARA O CONTROLE DO VETOR /2º SEMESTRE DE 2015									
Atividades	Meta	Habitantes		Periodicidade					
		>= 100 MIL	< 100 MIL	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1- Priorizar áreas com transmissão de Dengue									
priorizar bloqueios controle de criadouros (BCC)	realizar 100% dos BCC	X	X	X	X	X	X	X	X
redução de pendências no BCC	pendência abaixo de 25%	X	X	X	X	X	X	X	X
priorizar bloqueios transmissão (BN)	realizar 100% dos BN	X	X	X	X	X	X	X	X
2- Pontos Estratégicos - PE									
Revisão de cadastros nos imóveis classificados como alto risco	atualização do cadastro em 100% dos PE de alto risco	X		X	X				
Revisão de cadastros em todos os imóveis classificados como alto, médio e baixo risco .	atualização do cadastro em 100% dos PE		X	X	X				
Promover melhoria das condições sanitárias dos imóveis	redução da positividade do vetor	X	X	X	X	X	X	X	X
3- Imóveis Especiais - IE									
Revisão de cadastros nos imóveis classificados como alto risco	atualização do cadastro em 100% dos IE de alto risco	X			X	X			
Revisão de cadastros em todos os imóveis alto, médio e baixo risco .	atualização do cadastro em 100% dos IE		X		X	X			
Estimular ações de controle de criadouros pelos responsáveis do imóvel	redução da positividade	X	X	X	X	X	X	X	X
4- Avaliação densidade Larvária - ADL									
Realizar ADL	execução de 2 avaliações	X	X	X				X	
Programação de ações de controle de criadouros conforme os indicadores entomológicos (índice breteau, índice de recipientes e predial)	executar ações de controle de criadouros prioritariamente nas áreas classificadas em risco e alerta, com alta densidade demográfica, histórico de casos suspeitos de dengue, número de casos de dengue atuais , de acordo com tipo e frequência de recipientes registrados no ADL.	X	X		X	X		X	X
5- Mobilização da população									
Programação de ações educativas e de mobilização com enfoque em imóveis e áreas de risco.	executar 100% das ações programadas	X	X		X	X		X	X

7. Bibliografia

1. São Paulo, SUCEN, Normas e Orientações Técnicas para Vigilância e Controle de *Aedes, aegypti*. 2008.
2. Brasil. Ministério da Saúde, Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, Brasília, 2009.
3. São Paulo. Secretaria de Estado da Saúde/CCD e SUCEN, Programa Estadual de Vigilância e Controle de Dengue, São Paulo, 2010. (atualizado em 2014)
4. Brasil. GM Portaria 1378, de 9 de julho de 2013, Brasília, 2013.

Diretoria de Combate a Vetores - DCV
Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN